

Jornal produzido
pela FASE Programa
Amazônia em
parceria com o
Fórum da Amazônia
Oriental (FAOR).

Agosto de 2017 |
3 mil exemplares.

Aldeia

Oeste do Pará: a resistência se fortalece

Esta edição do jornal Aldeia é dedicada ao Encontro dos Movimentos Sociais do Oeste do Pará - Tecendo resistências para o enfrentamento ao capital, que ocorrerá de 14 a 17 de setembro de 2017 em Santarém, no Estado do Pará.

Nas próximas páginas, a Fase apresenta 13 textos com a contribuição de atores de várias frentes, todos refletindo em torno de um objetivo: fortalecer a resistência no Oeste do Pará.

Boa leitura.



Dilemas e desafios com a financeirização da natureza na **Amazônia**

■ **Maureen Santos**
HBS Brasil

Há quase dez anos, uma nova forma de exploração e geração de serviços e produtos provenientes da transformação de componentes da natureza em mercadoria e ativos financeiros chegou na Amazônia. A combinação de crescimento econômico com preservação ambiental, via manutenção da floresta em pé, parecia para muitos um bom negócio. Nesse caminho, surge a chamada financeirização da natureza.

Muitos mecanismos, projetos, programas, políticas, legislações estaduais, nacionais e internacionais foram sendo construídas ao longo deste período, dando os passos fundamentais para o estabelecimento da arquitetura necessária para a implementação dessa transformação, que vem dando as bases para a economia verde. Novos conceitos foram sendo concebidos, como o capital natural. A lógica da floresta valer mais em pé do que cortada viria um mantra global a partir de 2007, quando nas negociações da Conferência Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) se inicia o debate sobre a redução do desmatamento como o caminho mais fácil

para o combate ao aquecimento global e para financiamento Norte-Sul, do que buscar mudanças mais profundas no modelo de desenvolvimento.

O principal mecanismo existente e que serve de base para a financeirização da natureza é o mercado de carbono. Ainda que os mecanismos de flexibilização do Protocolo de Quioto não incluíssem as mudanças no uso da terra (florestas e agricultura) como parte de suas categorias, a métrica estabelecida para a compra e venda do carbono por meio de compensação de emissões (offseting), é o ponto-chave para esse entendimento. Ao longo desse caminho, os chamados serviços ambientais começaram a ser configurados e foram estabelecidas abordagens como a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e a Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB). Esta última como parte das negociações da Convenção de Diversidade Biológica (CDB) e materializada no Brasil no artigo 41 do Novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012).

A abordagem de REDD+ escapou, por enquanto, da compensação de emissões. De acordo com a legislação nacional bra-

sileira (Decreto nº 8.576, de 26 de novembro de 2015) e com o Marco de Varsóvia sobre REDD+ o financiamento da redução das emissões se dará via pagamento por resultados, não prevenindo geração de créditos para compensar emissões em outros locais. No entanto, defensores do carbono florestal pressionam a todo o custo que o Brasil mude sua posição nas negociações internacionais e modifique o decreto que instituiu a estratégia nacional de REDD+.

Importante notar que do ponto de vista estadual, os estados da Amazônia Legal têm diferentes entendimentos e legislações sobre o tema, sendo que sete estados já possuem marcos legais sobre clima, combate ao desmatamento e/ou serviços ambientais, e em sua maioria possibilitam a compra e venda de créditos de carbono florestal. Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Tocantins já possuem legislação sobre o tema e Rondônia está atualmente com uma consulta pública sobre o PL Governança Climática e Serviços Ambientais.

Em paralelo as políticas e legislações, muitos projetos privados vêm sendo implementados antes mesmo de muitas dessas políticas. A resistência aos mesmos, se dá por meio da constatação por parte de povos indígenas

e populações tradicionais de que implicitamente ou explicitamente os projetos acontecem a partir de uma negação dos direitos dos povos e populações de decidir sobre seus modos de vida e o uso dos seus territórios. A lógica mercantil por detrás vem atropelando a garantia dos direitos (Kill, Jutta, Redd, uma coleção de conflitos, contradicções y mentiras. Disponível em <http://studylib.es/doc/1110426/descargar-la-publicaci%C3%B3n-completa-en-formato-pdf>).

Em setembro de 2015, em Belém e arredores, foi realizada a Conferência Internacional sobre Financeirização da Natureza. Com mais de 80 participantes e diversas atividades que incluíram quatro caravanas, a conferência demonstrou a grande resistência que ao longo desse período foi se formando na Amazônia contra os processos de financeirização da natureza e fortalecendo a luta política e as convergências. Um pouco antes da conferência, uma grande vitória foi a suspensão do Projeto Demonstrativo de Carbono Florestal na Reserva Extrativista Tapajós-Arapins, fruto de grande articulação e entre o STTR-Santarém, povos indígenas, populações tradicionais e ongs na região.

Na sequência desse período, é importante destacar que a não en-

trada da compensação em REDD+ é fruto também dessa pressão.

Nesse sentido, por um lado é fundamental continuar resistindo aos processos e mudanças nas legislações que visam facilitar a formalização da arquitetura da financeirização. Como parte dessa estratégia é importante trabalhar as contradicções existentes, explorar as diferenças entre os âmbitos estaduais e federais e fortalecer quem ainda tem o compromisso com as políticas do Estado brasileiro. Por outro lado, ampliar e visibilizar as alternativas parte também da participação dos atores da região nos processos nacionais e internacionais de convergências e de construção de políticas.

Há clareza sobre as profundas dificuldades que vêm sendo enfrentadas pela crise política e institucional presente no Brasil, no qual o aumento da violência no campo, na floresta e na cidade vem preocupando e impactando cada vez mais as organizações e movimentos sociais. No entanto, os processos de financeirização e mercantilização da natureza na Amazônia vão seguir e se aprofundar caso não sejam criados e fortalecidos espaços locais de formação, resistência e proposição de alternativas. Ademais, ocupar os espaços de discussão nacional, como o Fórum Brasileiro de Mu-

Comunicação transformadora

■ Edilberto Sena

Comissão Justiça e Paz Diocesana e Movimento Tapajós Vivo

Vivemos um dos momentos muito graves de nossa vida social, política e econômica no país e em nossa Amazônia. Os grandes canais de informação deturpam maioria dos fatos e acontecimentos, mas influenciam as populações, por estarem em redes nacionais. Ao mesmo tempo, estamos numa disputa por território, por direitos sociais, saúde, empregos dignos, etc. O capitalismo quer a todo custo escravizar os trabalhadores e os pobres para lhes render mais lucro.

Diz um ditado – “Quem não sabe, é como quem não vê”. E uma cantiga popular diz “quem sabe menos das coisas sabe muito mais que eu...”. Então, como alguém pode saber se não é bem informado? E como ser bem informado, dependendo só do que dizem os grandes canais de rádio e televisão? Em quem confiar?

Em nossos movimentos populares, precisamos ter aliados de confiança que trabalhem a comunicação objetiva, com dados e argumentos que facilitem aos lutadores sociais formarem seus raciocínios e conclusões próprias. Não significa conhecimento neutro, O livro do Apocalipse

diz que a gente tem que ser quente ou frio, pois os momos (neutros) serão vomitados...

Como na sociedade estamos numa disputa de interesses, os nossos são totalmente opostos aos dos empresários do agronegócio, do governo e dos centros de informações deles, canais de televisão, jornais e rádios (Rede Globo, e suas vizinhas: Bandeirantes, Record, SBT e semelhantes), os nacionais, os estaduais e os municipais. Também infelizmente a maioria dos políticos (vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, prefeitos, governadores e presidentes) estão a serviço dos interesses de seus patrões e contra os eleitores.

Esse sistema propositalmente manipula as pessoas controlando as informações para distrair a atenção. Dão importância a cenas de violência nos bairros, dão ênfase aos jogos de campeonatos e assim tratam o povo como criança, como ignorante que se conforma com qualquer coisa que vem de lá. E muitos caem na jogada repetindo – “deu no jornal nacional... deu no fantástico...” e afirmam como verdade. Mas, nem tudo que



brilha é ouro. Estas fontes são desonestas ao não oferecerem notícias reais e completas. Um exemplo foi a forma como noticiaram as grandes manifestações dos movimentos sociais no recente dia 28 de abril. Fontes honestas falaram em cerca de 50 milhões de pessoas nas ruas do país. Já os canais de televisão, à frente a Globo, falaram de vandalismo, pouca gente nas manifestações.

Como deve ser a comunicação dos nossos formadores de opinião? Primeiro, quem serão eles? Supõe-se quem está mais perto de nossas comunidades, organizações e nossas lutas. São os líderes dos movimentos, também os e as professoras, os pastores, os padres. Teoricamente estes são os principais transmissores de informações, sobre a situação social, a política, sobre os direitos cole-

tivos, etc. Infelizmente, nem todos os líderes populares merecem confiança, ou por serem desinformados, ou por estarem comprometidos com os inimigos de nossas lutas. Há vários deles que não formam, mas alienam seus liderados. Temos que separar os verdadeiros aliados dos pelegos.

Na realidade atual, temos que buscar informações, adquirir capacidade de formar nossa própria consciência crítica. A comunicação é uma troca de ideias, sentimentos, valores, dados corretos, para tirar dúvidas e gerar esperança. Temos que buscar fontes confiáveis, como livros, cartilhas, internet, participar de encontros, seminários. É preciso vencermos um conformismo de achar que quase nada sabemos e não podemos ampliar nosso conhecimento. Como não podemos confiar nos grandes canais

de informação, o jeito é buscar nossos aliados e ampliar nossos conhecimentos com quem pode nos dar informações que nos ajudem no enfrentamento da disputa de nosso território. É preciso buscar a verdade, pois só ela nos libertará. Uma forma de se ir ao ponto é formarmos uma rede de amigos/as, aliados/as com os quais alimentamos as informações úteis.

A comunicação, só ela não faz a transformação social, mas é importante no caminho da mudança social. Comprometida com a ética e a moral, ela forma cidadãos. Por isso, é tão importante ter boas fontes e se comprometer com a mudança social.

Questões para reflexão do grupo:
a) Quais são suas fontes de informação de confiança hoje?; e b) Quais as maiores dificuldades do seu grupo para estar bem informado?

O Ministério Público e os direitos territoriais

■ Ramon Santos

Assessor da PJ Agrária de Santarém - MPE

O Ministério Público é uma instituição pública independente, que não pertence ao Poder Judiciário nem aos Poderes Executivo, Legislativo ou ao Tribunal de Contas, e que atua na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e indisponíveis, como o direito à vida, à saúde, à moradia, à liberdade, à educação, ao trabalho, à cidadania, dentre outros, tanto perante juízes (ações judiciais) quanto extrajudicialmente (audiências públicas, reuniões, expedição de recomendações, assinatura de Termos de Acordo de Conduta, ofícios, abertura de procedimentos para acompanhar ou fiscalizar algum tema específico).

Como órgão fiscalizador da aplicação da Constituição e das leis, também defende o patrimônio cul-

tural, o meio ambiente, os direitos e interesses da coletividade, como da criança, do adolescente, do idoso, da transparência dos gastos públicos, do combate à corrupção, do combate aos crimes, da efetivação das políticas públicas, da regularização fundiária, do controle externo da atividade policial.

É vedado ao Ministério Público a defesa de interesses de particulares ou interesses privados de grupos específicos, como associações, sindicatos ou movimentos sociais. A atuação ministerial será sempre voltada na defesa do interesse público, de interesses coletivos, difusos, sociais, e até mesmo individuais, desde que indisponíveis, pois sua efetivação é relevante para toda a coletividade.

Embora o Ministério Público se constitua em um só organismo, a Constituição Federal de 1988 decidiu dividir suas atribuições. Assim, o Ministério Público Brasileiro se divide em Ministério Público da

União (MPU, que se subdivide em Ministério Público Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar e do Distrito Federal e Territórios) e o Ministério Público dos Estados (Ministério Público do Estado do Pará).

Com o reconhecimento de novos direitos, novas linhas de atuação foram surgindo. Diante da complexidade desses assuntos, destaca-se o surgimento das Promotorias de Justiça Regionais Especializadas em Questões Agrárias no Estado do Pará, que, em síntese, atuam nos processos judiciais e procedimentos extrajudiciais relacionados às questões que envolvam litígios coletivos pela posse e propriedade da terra em área rural.

A intervenção do Ministério Público, por meio da Promotoria de Justiça Agrária, nos litígios coletivos sobre a terra rural se faz necessária, pois os conflitos dessa natureza sempre envolvem interesses sociais, difusos e coletivos, sobretudo nos

direitos relativos à moradia, meio ambiente ecologicamente equilibrado, na defesa dos modos de vida culturalmente diferenciados, nos territórios, e no cumprimento da função socioambiental da terra.

Dentre as atribuições das Promotorias de Justiça Agrária constam:

a) Atuar nos conflitos agrários, que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e demandas em que se revele interesse público ou social, nas esferas extrajudicial e judicial (Varas Agrárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará), privilegiando, sempre que possível, a adoção de mecanismos de auto-composição, de forma autônoma ou em ações conjuntas com órgãos públicos e/ou com entidades da sociedade civil, visando a paz e o cumprimento do princípio constitucional da função social da terra;

b) acompanhar a regularização fundiária de terra pública não destinada, a reforma agrária das terras

públicas destinadas para assentamentos, reconhecimento de territórios quilombolas pelos órgãos fundiários, a demarcação de terras indígenas pela FUNAI e na defesa dos direitos territoriais destes grupos;

c) zelar pela adequada aplicação da lei de registros públicos dos imóveis rurais;

e) atuar no combate à violência no campo promovendo a instituição de políticas públicas na área de segurança pública, bem como cientificando os órgãos com atribuições para adoção de medidas cabíveis, sem prejuízo de colaboração com a Promotoria Criminal ou de Controle Externo;

f) atuar na promoção de políticas públicas agrárias, fundiárias e agrícolas que viabilizem os direitos de cidadania rural, com especial destaque para os temas da soberania e segurança alimentar e educação do campo, dentre outros.

STTR de Santarém na luta por direitos

■ **Manoel Edivaldo Matos (Peixe-Pau)**
Presidente do STTR de Santarém

Criado em 1973, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém, com sede na Avenida Cuiabá, s/n, bairro Matinha, é uma entidade civil sem fins lucrativos que ao longo de sua existência tem buscado estabelecer a construção de um novo modelo de desenvolvimento, pautado no uso sustentável dos recursos naturais, na democracia pluralista e na organização dos trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas a partir de seus locais de trabalho e moradia.

Santarém, polo da Região Oeste do Estado do Pará, cidade universitária e turística, é vista também como estratégica para exportação e importação principalmente pelo setor do agronegócio, pois a BR-163 (Cuiabá/Santarém) é uma rodovia que liga o sul ao norte do Brasil, configurando-se como via de escoamento de grãos, sobretudo, por conta do porto graneleiro da multinacional Cargill, canal para exportação e importação.

Nos últimos anos e com muito mais força, a partir de 2016, após uma série de "reformas" por parte do governo federal, vêm se desmontando inúmeros direitos conquistados pela classe trabalhadora através das MPs (Medidas Provisórias) e PECs (Projetos de Emendas a Constituição). Essas medidas precisam ser enfrentadas

pela sociedade civil organizada, pois trazem inúmeros retrocessos para a sociedade mais carente principalmente direitos sociais para a juventude e mulheres.

Na Região Oeste do Pará os governos municipais, estadual, federal e o setor privado vêm apresentando uma série de "altos investimentos" em infraestruturas com as implantações de portos para exportação e importação de grãos, agrotóxicos e outros produtos extraídos da natureza; exploração de minérios e produtos florestais, construções de complexos hidroelétricos na bacia do rio Tapajós, rodovias, ferrovias e se só isso não bastasse, há uma grande cobiça sobre o "crédito" de carbono florestal da Reserva Extrativista Tapajós/Arapiuns e outras unidades de conservação.

Em Santarém, essa pressão vem com muita força, pois o governo local, a maioria dos vereadores e o setor empresarial têm interesse em tais empreendimentos.

Por outro lado, existe a população que, na maioria jovem, fica alienada do processo por falta de conhecimento, oportunidades e espaços para debaterem e expor suas opiniões. Esta realidade traz grandes preocupações, pois as disputas de classes pelos territórios e pelos bens comuns podem trazer graves consequências a todo o povo de Santarém e região.

Preocupado com essa realidade, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém, em parceria com a Pastoral Social da Igreja católica, a FASE, sindicatos de

trabalhadores rurais e movimentos sociais da região vêm trabalhando um processo de formação política e ao fortalecimento e consolidação do Fórum Metropolitano dos Movimentos Sociais (Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra). Esta iniciativa e a realidade regional despertou o interesse por parte de movimentos e comunidades de outras microrregiões do estado a se somarem a essa construção.

Nesse sentido, 3 municípios do Baixo Amazonas (Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra) que têm sofrido fortemente com o avanço do agronegócio, da mineração, do setor madeireiro, disputa pelas terras e pela implantação de portos estão articulados para enfrentar tais desafios.

Assim, acredita-se que por meio destas ações será possível, de forma articulada se somar e fortalecer o movimento do Alto Tapajós (Aveiro, Itaituba, Rurópolis, Trairão, Jacareacanga e Novo Progresso) e juntos ampliar o canal de diálogos e de lutas para enfrentar a construção de barragens no Alto Tapajós, a pressão do agronegócio sobre os territórios e apresentar alternativas contrapondo a essa grande onda de destruição da vida na Amazônia.

Desta forma, serão possíveis promover estudos, seminários, intercâmbios e outras formas de conhecimento para debater junto com as comunidades, lideranças locais, regionais, estadual, nacional e internacional sobre os processos que ora se apresentam e que estão projetados no Oeste do Pará e Região Amazônica.

EDITORIAL

Atuação em rede é sobrevivência

A FASE Amazônia há tempos assumiu um desafio que consideramos complexo, mas, ao mesmo tempo vital para realizarmos a resistência ao neoliberalismo: contribuir para colocar em diálogo diferentes atores sociais do campo popular. É óbvio que o alcance de tal objetivo não depende exclusivamente da vontade institucional da FASE. Contudo, observamos que essa vontade de somar esforços, ultrapassar meras parcerias pontuais e de construir algo de mais longo prazo para enfrentar um sistema que coloca nossa própria sobrevivência em risco se tornou um compromisso de sindicatos, camponeses(as), movimentos de mulheres, quilombolas, indígenas, grupos pastorais, movimentos urbanos, pesquisadores(as) e ONGs da Amazônia. Tal compromisso vem da compreensão de que as lutas sociais na atualidade dependem da nossa capacidade de atuar em rede, do local ao global. Essa é a única forma de combater o bloco de poder (Estados nacionais, empresas transnacionais, setor financeiro, mídias corporativas e outros) que promove desigualdades, degrada o meio ambiente, dissemina conflitos, expropria territórios e destrói modos de vida na Amazônia.

Esta edição do Jomal Aldeia visa a contribuir com o debate coletivo sobre os desafios e as possibilidades que se apresentam para o conjunto dos mo-

vimentos sociais e ONGs que atuam no Oeste do Pará. Um instrumento, entre outros, para atualizar nosso debate sobre a conjuntura e colaborar para troca de experiências e definição de estratégias coletivas.

O Encontro dos Movimentos Sociais do Oeste do Pará - Tecendo resistências para o enfrentamento ao capital - bebe nas ricas experiências de luta e resistência da região: das Caravanas em Defesa do Tapajós; da construção dos protocolos de consulta de indígenas, quilombolas, pescadores(as) e ribeirinhos(as); autodemarcação de territórios indígenas, defesa das terras de agricultores(as) e por educação pública e de qualidade, lutas das mulheres contra o patriarcado, mobilizações de jovens, denúncias contra a violação de direitos humanos, do trabalho de base desenvolvido nas comunidades, enfrentamento contra os monocultivos e as desgraças ao meio ambiente e à saúde humana provocadas pelos agrotóxicos, entre tantas outras experiências.

O Encontro também é fruto da generosidade e compromisso político de homens, mulheres e organizações que acreditam na possibilidade de transformações profundas da sociedade em que vivemos. Aqui cabe um agradecimento especial a todas e todas que integram a Comissão Organizadora do evento. Sem elas e eles nada disso seria possível.

Parabéns a todas e todos nós.

■ Porto graneleiro da Cargill, encravado no Baixo Amazonas.



Comissão organizadora do Encontro dos Movimentos Sociais do Oeste do Pará - Tecendo resistências para o enfrentamento ao capital:



No caminho da soja, os povos da floresta

■ **Diana Aguiar**
Grupo Nacional de Assessoria da FASE
Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ



■ Escoamento de soja e milho no Mato Grosso

Desde que a China se tornou o principal destino da soja brasileira, os ruralistas no Brasil Central e as empresas transnacionais comercializadoras de grãos (Cargill, Bunge, ADM, Louis Dreyfus) buscam viabilizar rotas alternativas aos portos tradicionais do Sul e Sudeste do país (como Paranaguá e Santos). Estes portos estão saturados e incapazes de acompanhar o ritmo de expansão dos monocultivos. São também mais distantes do gigante país asiático do que a almejada “saída pelo Norte”: esta rota percorre os rios amazônicos para a soja chegar mais rápido ao Oceano Atlântico e dali cruzar o canal do Panamá rumo ao Oceano Pacífico, onde desembarca na China. Para completar a lógica de expansão desses megacorredores de comércio, falta um último elemento: as fronteiras onde mais se expande o monocultivo de soja (o norte do Mato Grosso e o Matopiba), ou casos localizados como o planalto santareno, estão muito mais próximas do Arco Norte do que dos portos do Centro-Sul.

A expectativa é de que o volume de soja exportada pelos terminais de Santarém e Barcarena, ambos no Pará, e Santana do Arapá aumente 288% entre 2015 e 2025. Para chegar até estes portos exportadores, o plano logístico de muitas empresas comercializadoras (tradings) é de que boa parte da soja que sai do norte do Mato Grosso pela BR-163 embarque no Tapajós a partir dos portos de Itaituba e Rurópolis. Em razão disso, o Tapajós se converteu nos últimos anos no corredor de comércio em expansão mais frenética no país.

Há muita especulação sobre o número de portos na região. Em 2013, a lei 12.815 regulamentou o estabelecimento de terminais portuários de uso privado no país, levando a uma corrida por terra em locais logisticamente estratégicos, em especial na rota da soja rumo à China. Com base nos investimentos já anunciados na imprensa especializada, nos processos de licenciamento em curso na Secre-

taria de Meio Ambiente do Pará e nos registros cartoriais de aquisição de propriedade de terra com vistas a investir em novos terminais, é possível estimar que cerca de 20 portos venham a operar no médio Tapajós na próxima década. Dentre as empresas investidoras estão: três das maiores tradings do agronegócio (as norte-americanas Bunge e Cargill e a francesa Louis Dreyfus Commodities), uma joint-venture que envolve capital chinês (Cianport), uma empresa argelina da siderurgia e agronegócio (Cevital), a empresa do ruralista e Ministro da Agricultura Blairo Maggi (Amaggi) e uma empresa de capital aberto (Hidroviagens do Brasil SA), que tem canalizado investimentos da International Finance Corporation (do Banco Mundial), do BNDES e de outras empresas financeiras.

Em razão da compra de imóveis pelas empresas para construir portos e a logística associada, há aquecimento do mercado de terras na região. Relatos apontam que políticos locais tenham atuado como atravessadores ou agenciadores dos negócios de compra de terra das mãos de ribeirinhos. Além disso, com base na análise da cadeia de propriedade nos registros cartoriais dos terrenos à margem do rio que foram comprados por tradings em Miritituba, há fortes indícios de grilagem de terras públicas.

A população da região já tem sofrido enormes impactos decorrentes desta expansão. Com a movimentação de carretas carregadas de grãos na BR-163, aumentou o número de atropelamentos e acidentes e se intensificou a exploração sexual de adolescentes nos postos de triagem nas proximidades do Km30. Este é, no entanto, o início da expansão que o setor logístico do agronegócio espera que se consolide em escala. A Ferrogrão, maior projeto de investimento do leilão de ferrovias previstos pelo Governo Federal para

o segundo semestre de 2017, visa a conectar Sinop (MT) a Itaituba. As empresas chinesas já sinalizaram interesse pelo negócio. O setor privado prevê uma redução em 40% no custo do frete da soja e do milho com a operação da ferrovia.

A fim de abrir caminho para o empreendimento, em dezembro de 2016, o governo federal assinou a Medida Provisória 758, que alterou os limites de duas áreas de conservação que estão no trajeto, o Parque Nacional do Jamanxim e a Área de Proteção Ambiental do Tapajós (APA Tapajós). A alteração em si já implica em ameaças diretas aos povos da floresta. O estabelecimento dos empreendimentos planejados ou em licenciamento só agravará o quadro.

Os planos para o Tapajós unem os ruralistas do Mato Grosso, as tradings transnacionais e os chineses. Os governos federal e estadual têm historicamente se alinhado a esses interesses, sob a justificativa de promoção do “desenvolvimento”. Do moribundo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) ao Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do governo atual, a pergunta que nunca se faz é: “desenvolvimento” para quem e para quem? Enquanto megaprojetos de infraestrutura que viabilizam o agronegócio avançam impulsionados pelo Estado, as infraestruturas que poderiam servir e viabilizar os modos de produção de base comunitária nunca entram na agenda e debate público.

No entanto, no caminho entre a soja que devasta o Cerrado e os visados portos na Amazônia, estão os povos da floresta, cujas mobilizações têm sido frequentes, com ocupações e protestos, em especial no Tapajós. Os investimentos privados e os planos governamentais podem ter, inadvertidamente, forjado uma aliança estratégica entre os povos do Cerrado e da Amazônia.

ENTREVISTA

A Convenção 169

O **Aldeia** entrevistou Rodrigo Oliveira, assessor jurídico do Ministério Público Federal em Santarém e mestre em direitos humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Coautor do livro “Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos tradicionais”, ele fala sobre a Convenção 169. Confira.

■ O que é a Convenção 169?

□ Da Organização Internacional do Trabalho, é uma lei internacional que versa sobre direitos humanos dos povos indígenas e tribais. É fruto da mobilização transnacional destes grupos, que desde a década de 1960 atuam na esfera internacional em torno do reconhecimento e efetivação de direitos. É, seguramente, o principal documento jurídico a respeito dos grupos etnicamente diferenciados, veiculando conquistas importantes, como o direito à auto identificação, ao território ocupado, ao uso exclusivo dos recursos naturais e à participação. No Brasil, a Convenção tem hierarquia superior a das leis e é aplicada aos povos indígenas, comunidades quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, como comunidades ribeirinhas, seringueiras, dentre outras.

Um dos mais importantes e inovadores direitos que a Convenção prevê é o “direito à consulta e consentimento prévio, livre e informado”. Este direito implica que os povos indígenas e tribais deverão ser consultados pelo Estado, sempre que forem previstas medidas administrativas ou legislativas que possam afetá-los. A Convenção ainda diz que esta consulta deve ser “culturalmente adequada” de acordo com o grupo consultado e mediante “procedimentos apropriados”.

O direito à consulta e ao consentimento possui, ao menos, três objetivos: permitir que povos historicamente excluídos da democracia representativa participem do processo decisório; possibilitar que esses povos decidam sobre suas vidas, territórios, recursos naturais e destinos; e; viabilizar a construção de políticas públicas mais adequadas à realidade desses povos a partir de um diálogo intercultural.

■ O que são os Protocolos de Consulta Prévia?

□ Um dos principais desafios da consulta e consentimento prévio, livre e informado é a interculturalidade. Enquanto um mecanismo da instituição estatal, a consulta e consentimento prévio, livre e informado corre o risco de se tornar um espaço burocrático

que impeça a participação dos grupos etnicamente diferenciados. Daí a necessidade de serem previstos procedimentos “culturalmente apropriados”, que garantam o respeito à cultura e “aos usos, costumes e tradições”, bem como à organização social e política dos sujeitos. Em vista deste desafio, grupos étnicos brasileiros começaram a elaborar seus próprios “protocolos de consulta e consentimento”, documentos onde expõem à sociedade e ao Estado como estão organizados social e politicamente, como se fazem representar e como tomam suas decisões. Reivindicam como deve ser uma consulta e consentimento prévio, livre e informado culturalmente adequado às suas próprias especificidades.

Os Protocolos são instrumentos jurídicos e políticos que nos ajudam a rechaçar processos de consulta tão somente de fachada, ou culturalmente inapropriados, chamando atenção para a forma como os grupos étnicos tradicionalmente conduzem seus processos decisórios (tempos das reuniões, modo de diálogo, forma deliberativa, dentre outros aspectos). Além disso, a elaboração do Protocolo pode ser um importante momento de empoderamento coletivo.

■ O que fazer se governos e empresas não respeitarem a Convenção 169 e os protocolos de quilombolas, indígenas e pescadores?

□ Fazer valer os direitos dos grupos etnicamente diferenciados em uma sociedade tão desigual quanto à brasileira é sempre um grande desafio. Como discuti anteriormente neste jornal, em texto intitulado “A Consulta Prévia em Disputa”, o direito à consulta prévia vem sendo reiteradamente desrespeitado, sobretudo quando associado a projetos que visam a exploração de recursos naturais em prejuízo dos povos e de seus territórios.

Apesar da correlação de forças desfavorável, os grupos étnicos ao redor do mundo têm conseguido avançar na efetivação do direito à consulta a partir de estratégias concomitantes e diversificadas: ação política direta, realização de eventos e mobilizações, elaboração de protocolos de consulta, atuação em redes de organizações e movimentos sociais, ações de comunicação em sites e redes sociais, dentre outros.

No Brasil, a judicialização do direito à consulta prévia, através do Ministério Público, tem se mostrado uma estratégia importante, a exemplo do caso da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós e do Porto do Maicá.

Cidades do bem viver ameaçadas pelo capital

■ Sara Pereira
Educatora da
Fase Amazônia

Quando se pensa em cidade, é comum imaginá-la em oposição ao campo. O conceito de urbano, na sociedade capitalista, está ligado à noção de modernidade, de evolução, de consumo. Já a área rural é vista como o lugar do antigo, do tradicional, do rústico. Logo, o objetivo de migrar do campo para a cidade é propagado como condição para sair do “atraso” e alcançar o “progresso”.

Essa falsa ideia é amplamente difundida pelos empresários do agronegócio que chegam às comunidades dispostos a comprar as terras de pequenos agricultores e agricultoras, a fim de transformá-las em vastos monocultivos de soja. No discurso, a promessa de que a cidade é o eldorado, o lugar onde as dificuldades vivenciadas no campo cessarão, onde a vida será melhor e mais farta.

Muitas famílias são seduzidas por esse canto da sereia, vendem suas terras e vão para as periferias urbanas. Pelo alto valor do mercado imobiliário, dificilmente conseguem adquirir casa própria e passam a morar de aluguel. Geralmente com baixa escolaridade, também enfrentam dificuldades para afrumar emprego e quando conseguem, na maioria das vezes, é em postos de trabalho pouco valorizados e mal remunerados. Os jovens, sem muita oportunidade de obter renda e de atividades de lazer, além do apelo ao consumo, tornam-se vulneráveis ao assédio da criminalidade.

Esse é o cenário que tem se acentuado na última década nas cidades do Baixo Amazonas com a expansão da soja, os projetos de infraestrutura logística para o escoamento de grãos (portos, ferrovias, hidrovias), os empreendimentos hidrelétricos e o avanço da exploração minerária. Cada vez mais o grande capital tem girado sua gananciosa metralhadora para a Amazônia por ser uma área rica em matérias-primas que interessam aos seus negócios (terra, água, miné-

rios, madeira, etc).

E para alcançar seus objetivos, não só compram terras de pequenos agricultores, como grilam e se apropriam de extensas áreas públicas, violam direitos de populações tradicionais, aliam-se a políticos e empresários (inclusive da mídia) locais, cooptam lideranças comunitárias e expropriam territórios de comunidades inteiras. Os trabalhadores rurais que se recusam a vender seus lotes são encurralados e sufocados pelo excessivo uso de agrotóxico na produção de soja que contamina as pequenas plantações e animais, igarapés e o ar, colocando em risco a saúde de quem resisti em deixar o chão onde sempre viveu.

Diante desse quadro, não é difícil compreender porque colonos agricultores abrem mão de suas terras para o agronegócio. Além de todas as dificuldades enfrentadas com a falta de políticas públicas de incentivo à produção, assistência técnica e comercialização, de acesso à escola e à saúde, ainda são pressionados e iludidos pela falsa ideia de que para progredir na vida é preciso migrar do campo para a cidade.

Evidentemente que o espaço “destinado” a essas pessoas no tecido urbano não é o bem estruturado, dotado de equipamentos públicos e de fácil acesso a bens e serviços. Via de regra, as famílias vindas do campo se alojam em áreas periféricas, não regularizadas, com falta de saneamento básico, dificuldade de acesso à água potável, transporte público insuficiente, energia elétrica irregular, sem coleta de lixo ou com serviço precário, sem iluminação pública, com escassez de áreas de lazer e distante dos locais de atendimento à saúde.

As mulheres são ainda mais afetadas, pois além de todos os percalços já mencionados, enfrentam também o risco de sofrer violência sexual, o medo de se locomover em vias inseguras, a inexistência de creches para deixarem seus filhos enquanto saem para trabalhar e a dificuldade de se adaptar longe dos seus familiares e da rede de solidariedade comunitária com a



qual podiam contar no dia a dia da vida interiorana.

Além disso, é comum que essas áreas se constituam em ocupações às margens de igarapés e lagos, os quais acabam sendo transformados em córregos cheios de lixo, aterrados precariamente, violando a legislação ambiental e gerando habitações insalubres, inadequadas e de risco.

Igualmente habitual, é notar que a gestão pública (que tanto apoia e defende o agronegócio) não dá prioridade ao atendimento das demandas por políticas públicas urbanas que são aumentadas com o adensamento populacional nas periferias das cidades. São hospitais super lotados, acidentes de trânsito cada vez em maior proporção, falta de postos de trabalho, aumento da criminalidade (assaltos e assassinatos), violência contra a mulher, crescente número de sem tetos, abuso de crianças e adolescentes, entre outras mazelas.

Logo, não é difícil perceber que os lucros obtidos pelos empresários dos grandes negócios não são repartidos com a população que foi diretamente afetada pela reconfiguração socioterritorial imposta pela excludente dinâmica do monocultivo da soja, dos empreendimentos portuários, hidrelétricos e minerários.

De igual modo, também

não se demora a concluir que a proposta vendida pela sociedade capitalista de que a cidade é o centro da modernidade, do progresso e da civilidade é uma grande falácia, pois não há nada mais atrasado do que um conglomerado de pobreza, desigualdades e injustiças. E é nisso que as cidades têm se transformado (para boa parte de seus moradores), bem ao desejo do que impõe a ganância do capital.

Chega! Não dá mais para aceitar esse modelo de urbanização como natural. Sobretudo para as cidades amazônicas, é preciso pensar e construir uma nova proposta de urbanidade. Um modelo que avance para além da dicotomia urbano-rural, que conecte a cidade a partir de suas continuidades, complementariedades e indispensáveis reciprocidades com o mundo camponês. Um modelo que rompa com a lógica colonialista que trata a Amazônia como almoxarifado do Brasil e do mundo e passe a conceber os recursos hídricos, a floresta e toda a biodiversidade como bens comuns que devem ser protegidos e manejados de modo equilibrado a fim de que a riqueza produzida seja distribuída de maneira a satisfazer as necessidades de toda a população e não apenas de um pequeno grupo de abastados.

É urgente que a reflexão cole-

tiva aposte numa perspectiva de cidade amazônica que acolha a diversidade de seus povos: indígenas, quilombolas, pescadores, agricultoras e agroextrativistas, propondo políticas públicas que respeitem suas especificidades organizativas, produtivas, culturais e de gênero. Que as relações de produção e consumo de alimentos sejam generosamente reconstruídas entre agricultores familiares agroecológicos e consumidores urbanos. Que o diálogo de saberes (popular e científico) seja uma prática metodológica adotada pelas instituições de ensino no seu fazer acadêmico. Que a política urbana incorpore o rio, os lagos, os igarapés e a floresta como elementos essenciais para garantir a qualidade de vida na cidade, deixando de considerá-los como obstáculos à urbanização. Que intervenha e radicalize na exigência de gestões democráticas que construam a cidade ouvindo e respeitando a opinião dos moradores e organizações comunitárias.

As cidades amazônicas são vocacionadas ao bem viver. E essa compreensão é fundamental para que não se permita a sua inteira captura pelo capital. É possível bem viver numa feliz cidade. E isso não é utopia. É condição primordial para uma sociedade que se quer evoluída.



■ **Layza Queiroz Santos**
Advogada popular
da organização
Terra de Direitos

A luta por igualdade entre os gêneros busca que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades e direitos no mundo. Isso porque nós vivemos sob uma ordem social, à qual denominamos de patriarcado, que estrutura relações de desigualdade entre os sexos e reserva exclusivamente às mulheres o espaço do doméstico (cuidado com os filhos, casa, etc.), enquanto os homens são dotados de privilégios.

É importante destacar que, a depender da raça, classe e etnia, a desigualdade de gênero é vivenciada de forma diferente por cada uma de nós. Mulheres negras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, pescadoras, moradoras das periferias urbanas, homossexuais, trabalhadoras domésticas, entre outras, são marcadas por histórias diversas, o que faz com que as dificuldades e os desafios de cada uma sejam diferentes. Entretanto, o que nos identifica umas com as outras é a violência machista que sofremos exclusivamente por sermos mulheres, bem como a profunda desigualdade de direitos e oportunidades que possuímos quando nos comparamos aos homens que pertencem à nossa classe social.

Essa distinção de gênero traz consequências cruéis para a vida das mulheres, o que se observa quando analisamos os altos índices de violência que sofremos. Baseada numa suposta hierarquia

do sexo masculino sobre o feminino e de uma demonstração de poder sobre os corpos das mulheres, a violência contra a mulher é naturalizada entre nós. Não é incomum relatos de mulheres que são agredidas cotidianamente por seus pais ou companheiros, ou que são proibidas de saírem de casa, ou que são humilhadas, ofendidas e maltratadas. Quantas mulheres que conhecemos já sofreram violência? Quantas já foram proibidas de saírem de casa por seus companheiros? Quantas vezes vimos as mulheres desacreditarem de seu próprio trabalho e capacidade?

Além da violência física, psicológica e sexual, o machismo também cria enormes dificuldades no dia a dia das mulheres, impedindo que muitas consigam se organizar politicamente, encontrar vaga no mercado de trabalho, comercializar a própria produção, gerar renda, ou mesmo ter liberdade para ir e vir sem depender da autorização de ninguém. É possível romper com essa lógica de dominação e exclusão?

A construção de espaços coletivos de mulheres, através da união e organização, tem se mostrado como importante instrumento para enfrentar essa realidade. Através da troca de experiência, diálogos, convívio, planejamento e atividades, muitas mulheres têm conseguido encontrar forças umas nas outras para trilhar seus caminhos rumo à uma vida com autonomia e sem violências.

O grupo de mulheres quilombolas “na raça e na cor”, organizado através da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém

é um grande exemplo de fortalecimento da luta das mulheres na região do tapajós. Durante o primeiro semestre de 2017 essas mulheres desenvolveram atividades de formação e debates em todas as 12 comunidades quilombolas do município de Santarém, além de outras comunidades nos municípios de Alenquer e Monte Alegre. Segundo as quilombolas, a violência contra a mulher é um componente forte que retira e impede as mulheres de estarem na luta. Por isso, as oficinas realizadas tiveram por objetivo garantir a participação política das mulheres e encontrar formas que possibilitem a geração de renda e construção de autonomia.

Outro exemplo é a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (Amabela). Composta por cerca de 75 agricultoras, a Amabela associa a produção e comercialização de alimentos sem agrotóxicos, com a luta pelo fortalecimento e autonomia das mulheres. Muitas afirmam que, antes da Amabela, permaneciam restritas ao espaço doméstico e ao trabalho na roça, sem que pudessem extrair renda a partir de seu trabalho. A associação permite hoje que essas mulheres comercializem seus produtos e caminhem em busca de autonomia e liberdade, rompendo com a lógica da dependência.

Aliás, a Amabela surge de outra importante estratégia que promove a articulação e a constituição de associações específicas de trabalhadoras rurais com vistas ao desenvolvimento de iniciativas de produção familiar agroecológica, favorecendo sua autonomia

econômica e política. Trata-se do Fundo Autônomo de Mulheres Rurais da Amazônia Luzia Dorothy do Espírito Santo, fomentado pelo Fundo Dema que, além da Amabela, apoiou a criação de mais três associações de mulheres rurais na região do baixo Amazonas, em Santarém, Terra Santa e Oriximiná. Neste último município a associação constituída foi de mulheres indígenas. Além do aspecto produtivo, as associações de mulheres apoiadas pelo Fundo Autônomo, trabalham também o ressignificado de suas identidades enquanto mulheres na perspectiva de lutar contra o machismo e o patriarcado e se constituírem como sujeitas de suas próprias histórias.

Na cidade de Santarém também percebemos a presença e o fortalecimento de outros grupos de mulheres. Como exemplo, trazemos a experiência do grupo “Mulheres em Movimento” e da “Kitanda Preta”. Ambos os espaços são protagonizados por mulheres e trazem importantes discussões sobre autocuidado, enfrentamento à violência, autonomia, empoderamento. A Kitanda Preta, especificamente, surge como uma estratégia de mulheres negras de Santarém para valorizar a produção da comunidade negra.

É também muito significativa a organização e luta das mulheres no enfrentamento ao modelo de desenvolvimento imposto à região do tapajós, que privilegia o agronegócio, a concentração fundiária e ameaça os territórios tradicionais e a agricultura familiar. Como exemplo, é importante lembrar do

ato organizado em Santarém no dia 08 de março de 2016, dia internacional das mulheres, para denunciar a construção dos portos na região do Maicá e o impacto à vida das mulheres. Esse ato de grandeza e coragem foi muito importante para o enfrentamento às arbitrariedades protagonizadas pela Empresa Brasileira de Portos de Santarém que caminhava com o projeto sem garantir o direito à consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, comunidades quilombolas e pescadoras que serão afetadas caso porto seja construído.

Seguindo o mesmo objetivo de denunciar a construção dos portos na região do Maicá, a prefeitura de Santarém foi ocupada em junho deste ano pelo movimento indígena em Santarém, com uma forte presença e protagonismo das mulheres indígenas.

Esses são apenas alguns exemplos de importantes iniciativas que visam construir alternativas para romper com a ordem social vigente. Esses espaços coletivos permitem que nós, mulheres, possamos identificar umas nas outras as violências diárias que sofremos, além de compartilhar formas e estratégias para mudar essa realidade. Se é certo que o problema do machismo é estruturante em nossa sociedade e não vai mudar do dia para noite, outra certeza ainda maior é que somente a organização coletiva de mulheres será capaz de enfrentá-lo. A luta das mulheres é, e continuará sendo, fundamental para superação das desigualdades sociais e garantia de uma vida digna e justa para todas e todos nós.

Desafio com dimensões amazônicas

■ Gerson Teixeira

Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra)

No ano de 2013 ‘intelectuais do agronegócio’ publicaram um livro intitulado “Sete Teses sobre o Mundo Rural Brasileiro”. Uma obra de ficção, exemplar de como a ideologia pode manipular teorias para fraudar a realidade na defesa de interesses seccionais. Duas teses, em particular, chamaram a atenção pelo cinismo. A primeira assegura que a partir da década de 1990 (apogeu do neoliberalismo) houve o ‘divisor de águas em nossa história rural’. Desde então, supostamente o Estado passou a ‘sair à francesa’ da regulação da economia agrícola nacional, dada a ‘dominação triunfal do capital’ na agricultura, obtida graças aos “padrões de eficiência produtiva e de gestão”. Em decorrência, a terra teria cedido lugar ao capital enquanto principal fonte de formação e apropriação de riqueza no campo (2ª tese). O diagnóstico soa como um recado aos movimentos sociais para que desistam da luta pela terra; a reforma agrária seria uma bandeira ultrapassada.

Na verdade, a base primária da agricultura do agronegócio jamais sobreviveria sem aos crescentes financiamentos bilionários de um Estado que igualmente regula de forma ostensiva em favor dos capitais desse segmento. Neste caso, destaco as frequentes medidas para a

garantia da ‘mercadorização da terra’ que está no centro de uma estratégia de economia política, em curso, por um novo regime fundiário desregulado único. A ambição deste artigo é a de chamar a atenção sobre as ameaças, para os setores sociais mais sensíveis das áreas rurais da Amazônia, da potencialização dessa estratégia pelo mercado fundiário pleno neste momento crítico da sociedade brasileira. Momento de mais profundo infortúnio por obra de um governo e aliados sombrios, que em pouco mais de um ano destruíram a soberania nacional; caçaram os sonhos de mobilidade social e libertação de milhões de brasileiros; e que de forma impiedosa retroagiram os indicadores sociais do país para posição anterior a 2003, inclusive, reinserindo o Brasil no mapa mundial da fome.

O fato é que a estratégia citada traduz a submissão do Estado brasileiro a uma divisão internacional do trabalho que projeta o país como uma espécie de ‘fazenda do mundo’ sob o controle do capital financeiro internacional. Neste cenário, e ao contrário da pregação dos intelectuais do agronegócio, é notória a cobiça sem precedentes pela terra no Brasil pelo grande capital nacional e estrangeiro, cuja apropriação da renda fundiária soma-se à precarização do trabalho; aos passivos

ambientais; ao calote nas dívidas; e aos bilionários subsídios, para a garantia da rentabilidade das fazendas capitalistas. Por que a corrida por terras no Brasil no período recente? (i) pela funcionalidade do país a esse projeto, por dispor da maior área agrícola disponível no planeta, o que é crucial para enfrentar o desafio de uma demanda alimentar crescente num contexto de queda na produtividade agrícola por conta dos efeitos do avanço do fenômeno do aquecimento global; (ii) associadamente, pelo controle de recursos naturais de um modo geral, com destaque para a mineração, a biodiversidade e a atividade florestal; e, associadamente, ainda, pelos mercados florescentes derivados das negociações multilaterais por medidas de enfrentamento das mudanças climáticas no âmbito da COP do Clima. O Novo Código Florestal regulou alguns desses instrumentos, com severas repercussões na questão agrária brasileira.

Ao requerer a apropriação e a destinação plena da terra pelo mercado, a estratégia igualmente requer a relativização de direitos difusos e de minorias consagrados em institutos protetivos previstos na Constituição de 1988. Nessa direção, os operadores do bloco ultraconservador do campo, a chamada Bancada Ruralista, encorajados pelo governo

igualmente sinistro atua incessantemente pela desconstituição de unidades de conservação; das áreas indígenas e quilombolas; e pela transferência, ao mercado, das terras do programa de reforma agrária e do estoque restante de terras públicas.

Neste cenário é fundamental a aceleração da integração plena da Amazônia ao circuito da produção agropecuária capitalista. Efetivada a estratégia, o famoso ‘arco do desmatamento’ tende a progredir para circunferência e, junto, o ‘correntão do agronegócio’ não poupará comunidades indígenas, tradicionais, camponeses e povos da floresta em geral.

Ações do governo Temer nos planos legislativo e administrativo, com a conivência de um Poder Judiciário omissivo, tendem a acelerar esse processo. O ‘conjunto da obra’ inclui a recente aprovação da Lei nº 13.465, de 2017, resultado da Medida Provisória nº 759, a qual, além de cumprir a missão de transferir terras da reforma agrária ao mercado, possibilitará que grileiros legalizem a ocupação de milhões de hectares de terras da União, pavimentando as condições para a reconcentração da propriedade fundiária sob o controle de estrangeiros. A propósito, legislação liberalizando o acesso à terra aos estrangeiros deve ser enviada

a qualquer momento para o Congresso.

Mais recentemente, Temer aprovou Ato da Advocacia Geral da União (AGU), vinculante da administração federal que, na prática, paralisará as demarcações de terras indígenas, a exemplo do que já ocorre com a reforma agrária. Nos governos do PT a média anual executada das dotações das ações finalísticas da reforma agrária foi de R\$ 1.6 bi (preços de 2016). Temer executou R\$ 349 milhões em 2016 e 4.4% do valor autorizado pela LOA em 2017 (até 17/07). Outro indicador relevante é a análise da execução orçamentária da FUNAI. Nos governos Dilma e Lula, a média anual da execução orçamentária dos programas finalísticos da autarquia foi de R\$ 220.7 milhões/ano (preços de dezembro de 2016). Sob Temer a execução desses programas em 2016 foi de apenas R\$ 30 milhões e, em 2017, até 13 de julho, foi de R\$ 6.4 milhões.

Ante as ameaças acima cumpre às forças populares e democráticas refletir e implementar estratégias de resistência e contra-hegemônicas. Sem dúvidas, o ponto de partida de tudo é a luta pela restauração da democracia e de um ambiente institucional amigável aos interesses populares. Todas e todos pela redenção em 2018!



Hidrelétricas e mineração no Oeste do Pará

■ **Guilherme Cardona Grisales**

Coordenador Pastoral Social - Diocese de Santarém

Há planos para construção de 43 “grandes” barragens (com potência superior a 30 megawatts) na bacia de Tapajós, sendo dez consideradas prioritárias pelo Ministério de Minas e Energia, com conclusão prevista para 2022. Entre seus impactos várias barragens inundarão terras indígenas, TI, unidades de conservação, UCs. Além disso o rio Tapajós no estado do Pará e seus afluentes no estado de Mato Grosso, os rios Teles Pires e Juarena também são foco do plano do Ministério dos Transportes, MT, para convertê-los em hidrovias para o transporte de soja de Mato Grosso até os portos do rio Amazonas. Para construir essa hidrovia se precisa uma série de reservatórios.

Três dessas barragens para unidades hidrelétricas, UHEs, ficam no rio Tapajós propriamente dito, quatro no rio Jamanxim (afluente do rio Tapajós no Pará). Para os afluentes do Tapajós no estado de Mato Grosso há seis barragens planejadas na bacia do Teles Pires e trinta na bacia do Juarena. Também há planos de numerosas pequenas centrais elétricas, PCHs, o seja, barragens com capacidade instalada de até 30 megawatts, que não precisam de Estudos de Impacto Ambiental.

Esta política de construção de barragens e reservatórios traz uma série de impactos ambientais (na fauna, flora, nas águas, no ar, nas terras, etc) e sociais (perda da posse das terras ou posseiros mal indenizados, destruição lenta ou rápida das comunidades, inchaço nas cidades com os problemas de aparelhamento em educação, saúde, serviços, desordem social e prostituição, etc), perda de estoques pesqueiros necessários para a população, metilação de mercúrio para animais incluindo o homem (com a consequência de retardo mental), o remanejamento forçado de populações e muitos conflitos, violência e até mortes¹.

A isto se soma os impactos do conjunto de hidrelétricas, isto é, os impactos cumulativos como a perda dos sedimentos o material orgânico que o rio leva consigo e vai depositando nas várzeas.

E para que a construção de tantas hidrelétricas? Dizem que é para poder responder à demanda por energia para continuar o crescimento econômico do país. Mas a este argumento se tem várias contestações: se se renovassem as usinas hidrelétricas do país para ter mais eficiência não se precisaria novas hidrelétricas, se se investe em energia solar num país com o sol dos trópicos daria para abastecer as necessidades atuais e futuras (equivalente a mudar a “matriz” energética do país como tem feito países como Alemanha, China, etc).

Mas quais são as outras razões para essa quantidade de hidrelétricas? Esta região do Oeste do Pará, como grande parte da Amazônia é rica em minerais e é para essa exploração mineral que se precisa grandes quantidades de energia e de água. Nos últimos anos houve uma sequência de descobertas de jazidas de bauxita, caulim, mangânês, ouro, cassiterita, cobre, níquel, nióbio, urânio, entre outros minerais mais nobres, em toda essa região do rio Xingu. Fica nítido quando se olha para os mapas de direitos minerários apresentados nos estudos dos projetos Belo Monte, Complexo Teles Pires e Complexo Tapajós².

A quantidade de explorações minerais no Pará é muito grande. No ano de 2011 no Oeste do Pará os garimpos legalizados foram 2.000. Em 2013 cerca de 3.000 garimpos clandestinos ameaçavam unidades de conservação, reservas indígenas e rios na região do Tapajós, no Sul do Pará, a área mais preservada da Amazônia Legal. Em cada um trabalham de dez a cem homens, mas alguns chegam a ter 500. Só num trecho de dois quilômetros há 63 dragas

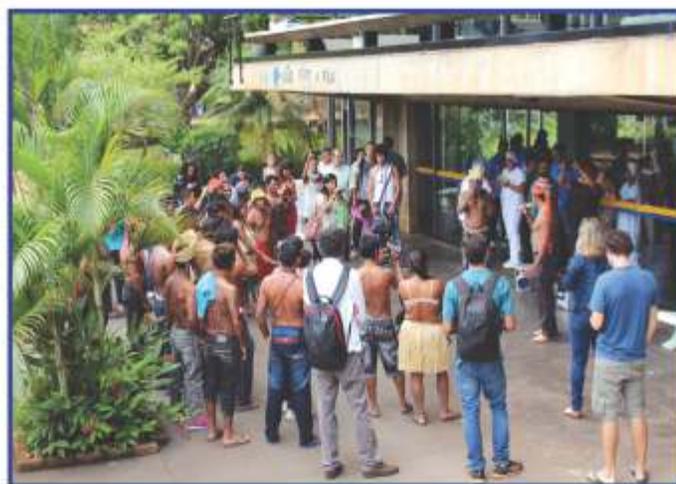
cavando o leito do Rio Tapajós em busca de ouro. O número está num relatório do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que monitora as unidades de conservação federais. Segundo o documento, mesmo garimpos com autorização de lavra não têm estudos de impacto ou licença ambiental. Neste trecho do Rio Tapajós onde as dragas operam está a maior concentração acumulada de ouro.

Em 2011 foi aprovado o plano nacional de mineração até o ano de 2030 e as discussões em torno de um novo código de mineração vão na direção de facilitar a atividade mineral sem preocupar-se com a preservação do meio ambiente, com o respeito a direitos adquiridos de indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais, e de respeito aos “direitos da natureza” como fonte de vida.

Esta invasão a grande escala dos territórios no Oeste do Pará pede que as organizações comunitárias e de movimentos sociais e outras entidades que as apoiam sem unam e se articulem a vários níveis, para enfrentar e resistir aos grandes projetos que usurpam o território das populações tradicionais e para fortalecer alternativas de produção de alimentos com um estilo que não agrida e acabe com os recursos que produzem vida.

1 FEARNSIDE, Philip M. Os planos para usinas hidrelétricas e hidrovias na bacia de Tapajós. Uma combinação que implica a concretização dos piores impactos. Em: FERNANDES, Daniela e outros (organizadores). OCEKADI (“nosso rio, em mundurucu): Hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na bacia do Tapajós. Brasília, DF: Internacional Rivers Brasil, Santarém-PA: Programa de antropologia e arqueologia da UFOPA, 2016. Pp. 79-97.

2 A relação entre hidrelétricas e mineração é tratado num artigo de MONTEIRO, Telma. Belo Monte é a forma de viabilizar definitivamente a mineração em terras indígenas, de 11/09/2012.



VIII Foro Social Panamazónico: El llamado del Bosque y la Madre Tierra

■ **Ismael Vega Díaz**
Director del CAAAP
Coordinador Comité
Nacional del VIII FOSPA

A lo largo de la historia, la Amazonia ha sido un espacio que obsesivamente infames conquistadores de aquí y de allá, los colonialismos antiguos y modernos, la globalización neoliberal y los Estados de toda época han buscado invadir, someter y explotar. A pesar de la asimetría de poder, esta gesta injusta y violenta, nunca pudo consolidar sus objetivos, ni desaparecer a los pueblos indígenas, su territorio, los bienes y cosmovisiones que este contiene. En las últimas décadas que se ha intensificado la intervención del territorio amazónico, las inversiones en megaproyectos, proyectos extractivos y actividades económicas que vienen produciendo graves impactos y constituyen verdaderas amenazas para la sostenibilidad del medio ambiente, los derechos de los pueblos de la panamazonia y de la naturaleza. Esta intensificación se expresa especialmente en el cambio climático, la destrucción de la Amazonia, el atropello de los derechos humanos, el incremento de los conflictos socio-ambientales y una mayor confrontación con el Estado.

El Fospa, un espacio de resistencia, articulación y propuesta - En este escenario, el VIII Foro Social Panamazónico realizado los días 28, 29 y 30 de abril y 1 de mayo, en la ciudad de Tarapoto, San Martín, es una iniciativa que ha convocado a movimientos sociales, organizaciones e instituciones de la sociedad civil de toda la Panamazonia para responder proponer alternativas al modelo de desarrollo actual. Este foro se ha constituido en un espacio amplio y diverso de resistencia, diálogo y propuesta de los movimientos sociales y de la sociedad civil panamazónica; en un instrumento de vigilancia e incidencia política a los Estados, respecto a los históricos y complejos problemas que enfrenta la Panamazonia y los pueblos indígenas que la habitan desde tiempos ancestrales, así como los retos que se deben asumir¹.

La organización y realización del VIII Fospa se ha caracterizado por ser un proceso de diálogo y debate colectivo intercultural y democrático cuya metodología tiene como centro el cuidado y el respeto por la diversidad de saberes y formas de ver el mundo. Este proceso, se desarrolló alrededor de dos ejes temáticos estratégicos: Territorio y Cuida-

do de los bienes de la Naturaleza. Estos ejes se han expresado y profundizado en los debates sobre nueve temas como: Mujeres Panamazónicas-Andinas, Cambio Climático, Soberanía y seguridad alimentaria, Megaproyectos y extractivismo, Ciudades para Vivir, Descolonialidad del Poder y autogobierno, Educación Comunitaria Intercultural, Juventud Panamazónica Andina, Comunicación Panamazónica para la vida.

Luego de cuatro días de debate y diálogo intercultural y democrático, más de 1,500 participantes mujeres y hombres de organizaciones indígenas e instituciones de la sociedad civil, movimientos sociales de los pueblos amazónicos y andinos se pusieron de acuerdo para elaborar la Carta de Tarapoto² y para plantear conclusiones, propuestas e iniciativas de acción. Dentro de estas podemos destacar la necesidad de construir nuevos paradigmas a partir de las propuestas de Vida Plena, Buen Vivir, Autogobiernos Territoriales etc. que fortalezcan nuestra capacidad para exigir a los Estados de la Panamazonia que las políticas y normas nacionales respeten las leyes nacionales e internacionales sobre derechos de los pueblos indígenas. Esto es particularmente

en relación al reconocimiento de los derechos colectivos de los territorios comunales y territorios integrales a partir de la diversidad territorial y de los escenarios que existen en la Panamazonia valorando saberes, conocimientos y prácticas de los pueblos. Otra conclusión importante enfatizó la denuncia y lucha contra la corrupción relacionada con el modelo extractivista y los megaproyectos de infraestructura y explotación en la Amazonia y el Ande. Asimismo, se demandó el fin de todo tipo de violencia contra las mujeres tanto en las comunidades como fuera de ellas y que los estados se rijan por estándares internacionales de derechos humanos y laicidad para aprobar leyes y decidir las políticas públicas que afectan sus derechos.

También es importante destacar las conclusiones que plantean y llaman la atención sobre la necesidad de exigir que se detenga la implementación de falsas soluciones a la crisis climática en la Panamazonia, como la llamada "economía verde" y la financiarización de la Naturaleza, las cuales generan la desterritorialización, entre otros impactos negativos. En este sentido, es muy importante promover la agroforestería ecológica y la gestión sostenible de

los bosques Amazónico-Andinos desde las organizaciones indígenas para la seguridad y soberanía alimentaria.

Finalmente el foro tuvo una posición de consenso respecto a la defensa de los pueblos en aislamiento voluntario y contacto inicial y la exigencia a los Estados respetar su derecho a la libre determinación, reconocerlos, demarcar y proteger sus territorios y garantizar su naturaleza transfronteriza.

El VIII Fospa ha sido un encuentro y un espacio fundamental para que los movimientos sociales y los pueblos amazónicos y andinos reafirmen su compromiso con la vida y los bienes de la naturaleza, para convocar a construir y fortalecer una gran alianza de los pueblos basada en el reconocimiento y respeto de nuestra diversidad, nuestras convicciones y nuestros disensos. El camino está trazado y nos toca a todos y todas andarlo de un modo distinto, escuchando el llamado del bosque y la madre tierra.

¹ Agenda Política-Perú del VIII Fospa 2017, Tarapoto-Perú.

² Ver carta de Tarapoto en sitio web del VIII Fospa: www.forosocialpanamazonico.com.





Fundo Dema: luta em defesa dos bens comuns

Localizada no Oeste do Pará, a mesorregião do Baixo Amazonas é bastante conhecida pela beleza natural e pelo encantamento cultural que oferece, o que a consolida como uma extensão de grande potencial turístico. Mas, junto a isso, em meio à biodiversidade da Amazônia brasileira, também se destaca como uma área de forte atrativo mercadológico, alvo de incisivo investimento do grande capital. Este território, que reúne 13 municípios (Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa), dezenas de Unidades de Conservação e de bacias hidrográficas, tem sofrido com os projetos de desenvolvimento econômico traçados pela parceria entre os interesses privados de empresas multinacionais e as manobras da bancada ruralista no Congresso Nacional.

Os povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato que residem neste território não foram consultados para a implantação de tais projetos. Propositamente, os interesses das empresas desconsideram os direitos constitucionais à consulta prévia, livre e informada, conforme prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para justamente abreviar a aprovação de medidas voltadas ao beneficiamento do agronegócio e da mineração, que representam um retrocesso ambiental, social e cultural na Amazônia.

O cenário é extremamente adverso do ponto de vista ambiental, político e econômico, onde se des-

tacam conflitos ocasionados pelo agronegócio envolvendo grilagem, pecuária, mineração, monocultivo da soja, utilização de agrotóxicos, concessão a grandes empreendimentos como construção de hidrelétricas e portos exportadores, bem como concessões florestais a projetos REDD¹, com desmontes de grandes programas federais de apoio à agricultura familiar e povos tradicionais.

Na contramão dessa violência social e ambiental e por compreender a importância destes povos e comunidades para resguardar os direitos territoriais e coletivos, ao longo de 14 anos de atuação, o Fundo Dema soma 452 iniciativas apoiadas, sendo 125 concentradas na região do Baixo Amazonas. Trata-se de ações coletivas com base na agroecologia e segurança alimentar, no empoderamento das mulheres e na articulação regional. São alternativas de resistência e enfrentamento a esta forma de explorar e privatizar os bens comuns.

Luta pelo território

Envolvendo 11 comunidades quilombolas, o projeto Maicá Vivo se soma a uma dessas iniciativas apoiadas no Baixo Amazonas. Desenvolvido pela Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS), o projeto objetiva a articulação das comunidades e a formação de lideranças em defesa de seus direitos e, consequentemente, contra a construção de portos no lago Maicá. Com isso, as ações executadas se voltam para a proteção do território e das populações impactadas pela construção

e ampliação do Terminal Portuário da Empresa Brasileira de Portos de Santarém (Embraps), planejado para dinamizar o escoamento de grãos de soja in natura, resultante da expansão do monocultivo deste produto para o mercado nacional e internacional.

A exemplo das violações de direitos e impactos socioambientais frente à instalação ilegal do Porto da Cargill, ocorrido anos antes na praia urbana Vera Paz em Santarém, e de forma a não permitir a repetição deste processo, o projeto Maicá Vivo se propõe a levar conhecimento por meio de encontros de mobilização às comunidades quilombolas diretamente impactadas pelo empreendimento graneleiro que, assim como os povos indígenas e populações ribeirinhas da região, foram invisibilizadas no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), publicado em 2015. Frente à alarmante situação, em fevereiro de 2016, por meio de nota de repúdio e atos públicos, diversas entidades dos movimentos sociais, entre elas a FOQS, passaram a questionar o poder público sobre o licenciamento prévio concedido à Embraps, sem que houvesse consulta pública aos povos que dependem do rio para viver. Com isso, a mobilização das famílias quilombolas possibilitou a suspensão do licenciamento ilegal que colocava em risco a subsistência e os modos de vida destas populações.

Outra iniciativa apoiada em defesa do território é o projeto Educando o Povo na Floresta, desenvolvido pela Federação das Associações de Moradores e Comunidades do assentamento Agro-

extrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE). Intitulado Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, este território que reúne 140 comunidades é mais um dos que sofrem constante ameaça por parte do agronegócio e da mineração, causando grande apreensão nos moradores. Por ser uma área de abundância mineral, a multinacional ALCOA tenta a todo custo penetrar na região do Lago Grande Curuai para explorar a bauxita ali existente, a exemplo do que tem feito no PAE Juruti, localizado no município vizinho, e que tem trazido inúmeros prejuízos sociais e ambientais à população.

Desde 2008, muitos conflitos têm sido travados no Lago Grande, quando os comunitários percebem a penetração sorrateira da empresa no território. Porém, de forma a garantir a continuação da floresta em pé e a permanência das famílias no espaço que sempre viveram de forma coletiva e subsistente, o projeto desenvolvido pela FEAGLE se volta à capacitação de lideranças juvenis e de comunitários para que, por meio do conhecimento, possam defender seus direitos. Entre as ações concretizadas pelo projeto foram realizadas duas audiências públicas, oito seminários de diálogo sobre o Plano de Utilização (PU) do território e de esclarecimentos sobre a invasão da mineradora, além de diversas oficinas de capacitação e visitas de mobilização na região. Essas ações contribuíram para a elucidação das famílias sobre a tentativa de invasão da ALCOA, fazendo com que as comunidades não dessem abertura ao licenciamento socioambiental.

Logo, com a rejeição da população e sem licença para operar, a ALCOA vem tentando seduzir as comunidades de outra forma, financiando projetos sociais a fim de convencer sobre os “bons frutos” da mineração. Vale ressaltar que o Fundo Dema apoia outras iniciativas neste território, procurando fortalecer as comunidades no acesso a tecnologias apropriadas para a conservação do meio ambiente, garantindo a segurança alimentar de seus povos.

Para este Fundo, o apoio a projetos comunitários representa muito mais do que simplesmente transformar os povos indígenas, comunidades quilombolas e populações do campo e da floresta enquanto guardiões da biodiversidade da Amazônia. Significa, reconhece-los enquanto cidadãos e cidadãs que desenvolvem seus modos de vida em harmonia com a natureza, compreendendo a importância da conservação dos bens comuns e do exercício da coletividade, de forma a garantir o bem viver e um futuro ao planeta e às gerações humanas que estão por vir.

¹ Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD). Se caracteriza como iniciativas de compensação para estimular a diminuição de emissão de gás carbônico (CO₂) na atmosfera. Porém, é uma proposta de controle aos territórios das comunidades por parte de grandes empresas, principais responsáveis pela poluição no planeta, e que implica em restrições e proibições às comunidades frente aos seus modos de vida e forma do uso tradicional da floresta.

Os desafios de uma universidade pública no interior da Amazônia

■ **Raimunda Monteiro**
Ms. em Planejamento do
Desenvolvimento
Dra. em Ciências
Socioambientais do
Trópico Úmido

Longe de pretender uma reflexão definitiva sobre o assunto, esta contribuição se propõe a pontuar aspectos que devem ser observados na forma como universidades de mentalidade aberta podem se relacionar de forma cooperativa com a sociedade civil organizada na realidade amazônica.

Temos em Santarém a UFO-PA, uma Universidade criada em 2009, que hoje dispõe de 38 cursos na sede e oito nas regiões da Calha Norte, Juruti e Tapajós. Nasceu como um vigoroso projeto de desenvolvimento, mas na época, ignorando os movimentos sociais locais e regionais na concepção de seu modelo acadêmico, seus cursos e na elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2012-2016.

O PDI expressa um conjunto de metas de Ensino, Pesquisa e Extensão que pautam as administrações das Universidades em suas decisões no âmbito do que é permitido pela precária autonomia Universitária. O PDI também é um marco de decisões para o MEC sobre orçamento e para o INEP sobre a avaliação dos cursos e conceito institucional da Universidade.

As organizações da sociedade civil organizada, sejam os movimentos ligados aos segmentos sindicais urbanos e rurais, os grupos étnicos e os segmentos empresariais, são expressão dos projetos políticos, ideológicos e setoriais presentes na sociedade regional.

No caso de organizações em-

presariais, embora se organizem em torno de questões localizadas e setoriais, os projetos aos quais estão interligados têm correspondência com entes externos, podem estar no comando de estruturas de Estado, eventualmente, e exercem pressão sobre políticas e orçamentos públicos.

Deste modo, influenciam de forma decisiva nos rumos econômicos, sociais e políticos. E assim, definem investimentos, lutas por territórios e recursos como ativos disputados pelo mercado. Os setores formais, também configuram o perfil do trabalho, do emprego e da renda que vai confluir para o bolo tributário dos municípios.

Em regiões de fronteira do capital e de mercados ávidos por novas oportunidades, afloram conflitos que refletem as contradições do que se apresenta como inegociável nos processos de apropriação/desapropriação de ativos promovidos pelo embate de interesses.

Na ausência de instituições fortes e com peso em processos de mediação, e numa situação de desmonte do Estado em seus múltiplos papéis de fomento e provimento de políticas públicas, as Universidades são vistas com múltiplos papéis: legitimação de projetos de empresas, mediadoras de conflitos, formadoras de mão-de-obra para setores estabelecidos, como mecanismo de impulsão social, provedoras de inovação para o empreendedorismo, desenvolvedoras de tecnologias e, às vezes como redentoras do desenvolvimento.

A Universidade é tudo isso e não tanto. No caso da Ufopa, que se autodeterminou radicalmente por aderir à política nacional de inclusão social e etnoracial em seu projeto, a Universidade é muito mais.

É espaço de ensino e aprendizagem em ambiente de criação simultânea com movimento social, inerente ao contexto em que está inserida na Amazônia, no Brasil e no mundo.

É espaço de produção de conhecimento clássico, mas também da emergência do diálogo com conhecimentos autóctones presentes entre alunos e, futuramente, professores indígenas, quilombolas, camponeses...

É espaço para a produção da ciência de interesse global, como clima, sustentabilidade, sociedades e tecnologias, mas também se colocando o desafio do aprendizado de línguas desconhecidas dos povos que constituem a região e que têm na Universidade, o lugar para o reconhecimento de sua existência, suas culturas e línguas subsumidas numa história de dominação.

Nesse ambiente pulsante é importante os meios de cooperação entre organizações da sociedade civil e membros da academia. A pesquisa e o desenvolvimento podem ter na Universidade uma usina permanente de criação, em temáticas como:

Uso sustentável da biodiversidade; a especialização em produção de alimentos livres de contaminações; insumos técnicos para orientar Termos de Referência de licenciamentos ambientais mais consistentes e seguros; clima e produção de alimentos; planejamento e desenvolvimento regional; modernização da gestão pública; ganho de eficiência nas economias locais; saúde pública; ganho de eficiência nos sistemas de educação pública; universalização das tecnologias de informação a serviço da cidadania; tecnologias sociais para o ganho de rentabilidade das atividades de geração de renda e para aumento de produ-

vidade das atividades econômicas locais.

Esses e outros temas, quando reúnem a cooperação da academia e das organizações sociais apresentam elevados ganhos para ambos.

A Extensão Universitária precisa ser fortalecida nessas regiões, com recursos diferenciados daqueles que chegam onde os esforços da academia estão em estágio avançado, buscando a competição em fronteiras internacionais do conhecimento.

Em regiões como a Amazônia, a Extensão Universitária é essencial. É um mecanismo barato para comunicar aos agentes sociais, os conhecimentos já consolidados e que já tiveram seu custo pago pela sociedade.

A Extensão comunica conhecimentos gerados na instituição, por meio de políticas dirigidas, mas a maioria dos conhecimentos produzidos são produto da decisão de pesquisadores, influenciados pelas escolas de formação em que se graduaram e pelas oportunidades de financiamento externo.

Nesse sentido, é possível as organizações da sociedade civil exercerem maior influência sobre que conhecimento interessa ser produzido como resposta às questões impostas pelas suas realidades.

Uma Universidade na Amazônia deve se especializar nos problemas que dizem respeito à região? Não devem se deter unicamente a esses problemas. O conhecimento é patrimônio universal, mas devem ser excelência no conhecimento sobre as grandes questões do seu contexto. Uma região como o Oeste do Pará não se esgota em si. Está conectada aos mercados globais como provedora de commodities e como espaço de logística de transportes; tem um papel subordinado nas relações internacionais do tra-

balho, exporta energia e empregos. Como reverter essa lógica para um patamar de economia diferenciada, pós-industrial e criativa?

Para isso, o diálogo orgânico entre sociedade e universidade deve acontecer, desde o Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI), passando por ter instâncias permanentes de diálogo e por eleger projetos estratégicos de pesquisa e extensão que reflitam interesses regionais de amplo escopo.

A Ufopa tem em seu Estatuto, o Conselho Comunitário (Consecom), que tem papel consultivo, mas que pode influenciar muito na política de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, com proposições e mecanismos de avaliação.

No presente semestre, a Universidade se mobiliza na construção do seu segundo PDI e dele sairão as metas para o período de 2017 a 2023. Como um Plano Plurianual (PPA), o PDI será um guia dos principais investimentos da Universidade na sede e em seis dos municípios mais populosos da região: Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Juruti e Itaituba. Novos polos sub-regionais se mobilizam pela presença da Universidade (Novo Progresso, Jacareacanga e Rurópolis).

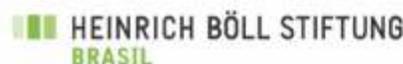
Com a consolidação de um projeto de Universidade pública, gratuita e democrática, a sociedade regional poderá influenciar no futuro da região, direcionando os investimentos na Formação, na Extensão e na Pesquisa para os objetivos de desenvolvimento que incluam os mais diversos projetos, para a emergência de mercados que converjam nos propósitos de ganhos sem destruir modos de vida não moldados pelo capitalismo urbano-industrial de outras regiões.

EXPEDIENTE

Realização



Apoio



Na Linha de Frente das Mudanças Sociais



As opiniões dos articulistas não representam necessariamente o posicionamento da FASE Amazônia. Tiragem: 1.000 exemplares.

FASE: Rua Bernal do Couto, 1329. Umarizal. CEP 66.055-080. Telefone: (91) 4005-3773. Fax: (91) 4005-3750. E-mail: amazonia@fase-pa.org.br. Site: www.fase.org.br.